



REVISTA
Casa da
GEOGRAFIA
de Sobral
ISSN 2316-8056

GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS E AGRONEGÓCIO: REDEFINIÇÃO DAS CENTRALIDADES E INTERAÇÕES ESPACIAIS NO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Large economic groups and agribusiness: Centralities Redefinitions and Spatial Interactions in the Southeast of Eastern Amazon

Grandes grupos económicos y agronegocio: redefiniciones de las centralidades e interacciones espaciales em el Sudeste de la Amazonía Oriental

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v23.772>

Reges Sodré¹

Helbaneth Macêdo Oliveira²

Histórico do Artigo:

Recebido em 23 de fevereiro de 2021

Aceito em 17 de maio de 2021

Publicado em 15 de junho de 2021

RESUMO

A rede de cidades no Sudeste da Amazônia Oriental tem passado por importantes redefinições no que tange às centralidades e interações espaciais. Diante disso, o trabalho analisa as redefinições dessas centralidades e interações, tendo em vista a crescente atuação dos grandes grupos econômicos e do agronegócio. A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica, análise das publicações da REGIC (IBGE, 2008, 2020) e levantamento de grupos econômicos no Ranking Empresas Mais (2020), do jornal O Estado de São Paulo. Constatou-se que no topo da hierarquia regional, Palmas (TO) e Imperatriz (MA), ampliam seus papéis e funções regionais, sendo focos privilegiados de investimentos de grandes grupos econômicos varejistas nacionais. Araguaína (TO) e Marabá (PA), tem parte de seus segmentos capturados pela ascensão de Redenção (PA) e Balsas (MA), cidades estas em vias de se consolidarem como médias. Esses centros são alvos de intensos investimentos de grandes corporações do agronegócio, bem como de grupos varejistas em ascensão. Em direção a base da rede, diversas cidades se especializam na oferta de consumo produtivo agrícola e logístico, tais como Porto Nacional (TO) e Açaíândia (MA).

Palavras-chaves: Centralidades. Interações espaciais. Grupos econômicos e agronegócio. Sudeste da Amazônia Oriental.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (PPGeo/IESA/UFU). Email: regessodre@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9615-528X>

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/IG/UFU). E-mail: helbaneth@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0770-0598>



ABSTRACT

The integration of cities in the Southeast of Eastern Amazon has passed by important redefinitions in relation to the centralities and spatial interactions. For that reason, this work analyzes the redefinitions of those centralities and interactions, taking into consideration the increasing performance of large economic groups and agribusiness. This investigation was executed by having the bibliographic revision, analyses of the publications of REGIC (IBGE, 2008, 2020), and gathering information of economic groups of Empresas Mais Ranking (2020) of O Estado de São Paulo Newspaper. It was evidenced that at the top of the regional hierarchy, Palmas (TO) and Imperatriz (MA) have extended their roles and regional functions, being privileged focuses of investments by large national retail economic groups. Some parts of the segments of Araguaína (TO) and Marabá are captured by Redenção (PA) and Balsas (MA) ascension, which are cities in process of consolidating as the medium-sized. Those centers are targets of intense investments of big agribusiness corporations, as well as retailer groups in rising. Towards the base of that set, different cities are specializing in the supply of agriculture and logistics productive consumption, such as Porto Nacional (TO) and Açailândia (MA).

Keywords: Centralities. Spatial Interactions. Economic Groups and Agribusiness. Southeast of Eastern Amazon

RESUMEN

La red de ciudades en el Sudeste de la Amazonía Oriental ha pasado por importantes redefiniciones en lo que se refiere a las centralidades e interacciones espaciales. Delante de esto, el trabajo analiza las redefiniciones de esas centralidades e interacciones, teniendo en cuenta la creciente actuación de los grandes grupos económicos e del agronegocio. La investigación fue realizada con base en revisión bibliográfica, análisis de las publicaciones de la REGIC (IBGE, 2008, 2020) y levantamiento de grupos económicos en el Ranking Empresa Mais (2018), del diario O Estado de São Paulo. Se constató que en la cima de la jerarquía regional, Palmas (TO) e Imperatriz (MA), amplían sus roles y funciones regionales, siendo focos privilegiados de inversiones de grandes grupos económicos nacionales de comercio minorista. Araguaína (TO) y Marabá (PA), tienen parte de sus segmentos capturados por la ascensión de Redenção (PA) e intensas inversiones de grandes corporaciones del agronegocio, así como de grupos de comercio minorista en ascenso. En dirección a la base de la red, diversas ciudades se especializan en la oferta de consumo productivo agrícola y logístico, tales como Porto Nacional (TO) y Açailândia (MA).

Palabras clave: Centralidades. Interacciones espaciales. Grupos económicos y agronegocio. Sudeste de la Amazonía Oriental.

INTRODUÇÃO

O comércio, os serviços e o setor industrial no Brasil têm passado por importantes modificações espaciais nas duas últimas décadas. De um lado, no bojo da expansão do consumo, verificada durante os governos do PT (2003-2016), diversas empresas nacionais e internacionais que atuam na distribuição de bens e serviços, tradicionalmente estabelecidas nas regiões sudeste, adotaram novas estratégias locacionais em cidades médias do Norte e Nordeste (SPÓSITO, 2009). Por outro lado, um conjunto de empresas agroindustriais passam a se instalar nessas mesmas regiões, tendo em vista a crescente expansão das fronteiras do agronegócio de grãos e cana-de-açúcar (REOLON, 2013; MOREIRA, 2015).

Tal processo, de relativa desconcentração territorial da atividade econômica, mas com preservação da centralização dos comandos, têm sido decisivos para redefinir centralidades, hierarquias e interações espaciais nas regiões periféricas brasileiras. Diante disso, este trabalho analisa como essa dinâmica tem atuado na rede de cidades do Sudeste da Amazônia Oriental, cuja delimitação foi proposta, entre outros, por Brito (2009), e que corresponde aos estados do Tocantins, sudeste e sul do Pará e sul do Maranhão. Já o recorte temporal é observado no período dos dois últimos conjuntos de dados publicados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC – 2008-2020a.

O trabalho foi construído principalmente com base em: a) revisão teórica em autores que pensaram a rede urbana e o Sudeste da Amazônia Oriental, b) análise das publicações e microdados da REGIC (IBGE, 2008, 2020a), c) levantamento, com base em metodologia adotada por Sposito (2009), da presença dos 20 maiores grupos econômicos e dos 20 maiores grupos varejistas, com atuação no Brasil, na região Sudeste da Amazônia Oriental, segundo o Ranking Empresas Mais (2020), do jornal O Estado de São Paulo.

Secundariamente, utilizou-se de imagens do Google Maps, através da função Street View, ano 2019, a partir do qual foi possível percorrer as ruas das principais cidades da região, para confirmar a presença de estabelecimentos comerciais listados no Ranking Empresas Mais (ESTADÃO, 2020) e checar informações presentes nos sites das empresas, bem como identificar outros estabelecimentos que não aparecem nesse ranking.

Se utilizou também da lista das 400 maiores empresas do agronegócio, segundo Ranking da Exame, Melhores e Maiores (EXAME, 2020); da lista de empresas importadoras e exportadoras por município do Ministério da Economia; e, da relação de bases de distribuição de combustíveis líquidos autorizadas a operar no Brasil, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2020a, 2020b, 2020c), o que nos permitiu ampliar o escopo de levantamento das corporações que atuam na região.

O artigo está estruturado em três seções, excetuando-se a presente introdução e as considerações finais. A primeira seção, de natureza teórica, trata o comércio, relacionando-o diretamente à dinâmica do agronegócio e a atuação dos grandes grupos econômicos, enquanto força motriz das novas lógicas que alteram a dinâmica da rede urbana brasileira. A segunda seção apresenta o novo desenho da rede urbana do Sudeste da Amazônia Oriental, com base nos dados apresentados pelo IBGE (2020a), onde se destaca as mudanças no papel desempenhado pelas principais cidades da região. Já na terceira e última seção tem-se a análise regional pelo prisma das centralidades estimuladas pelos grandes grupos econômicos e pelo agronegócio.

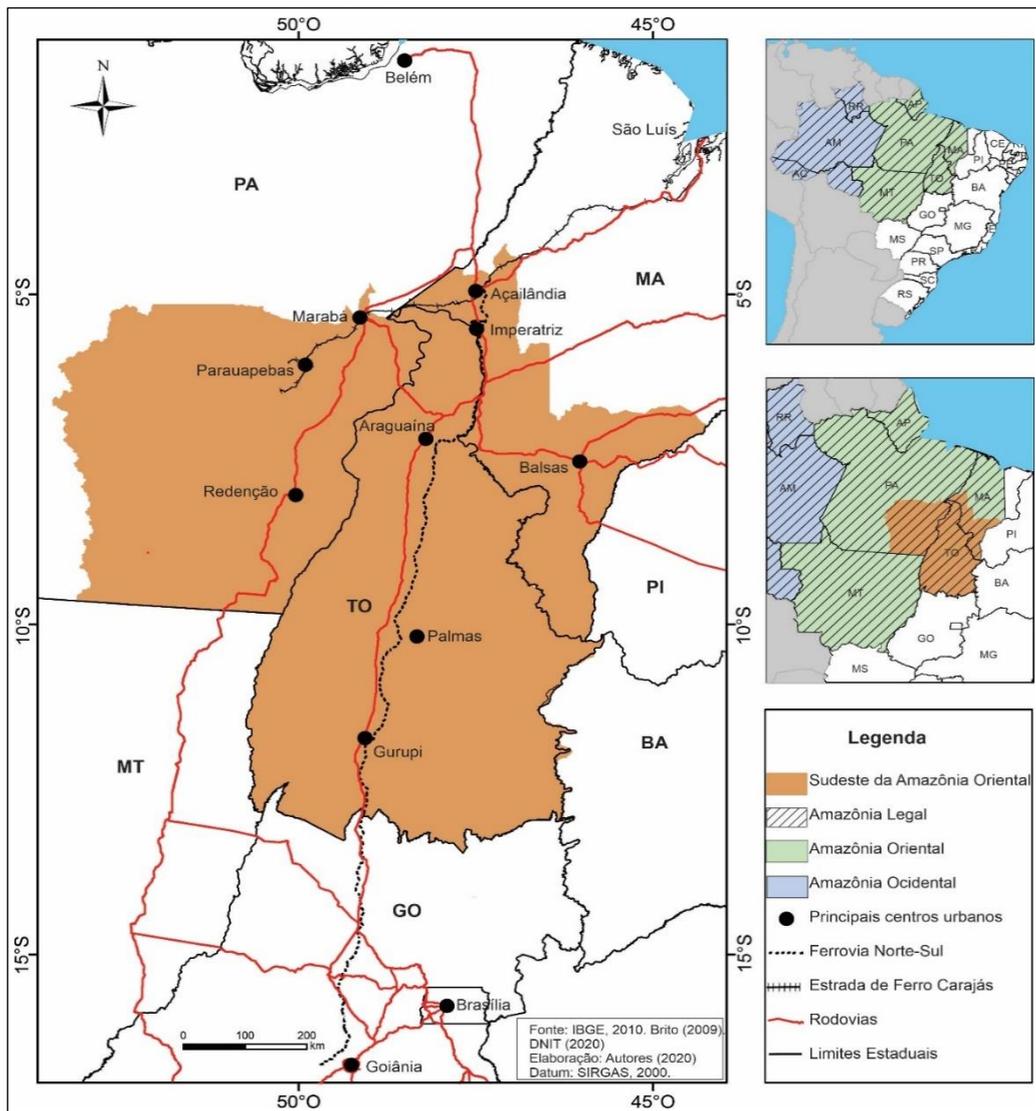
COMÉRCIO, CONSUMO E AS NOVAS LÓGICAS DINAMIZADORAS DA REDE URBANA BRASILEIRA

No mundo contemporâneo as relações comerciais são marcadas pela ordem global, que organiza não apenas as ações, como também as reações empreendidas no espaço. Uma das manifestações desta dinâmica se apresenta na rede urbana, por meio das funções exercidas pelas cidades na teia de cidades a qual estão inseridas. São diversos os papéis desenvolvidos pelos centros urbanos, assim como suas respectivas áreas de influência. A lógica primeira do capital é reproduzida a partir dos grandes centros, passando pelas cidades intermediárias até às cidades pequenas, principalmente pelas relações de produção e consumo.

O comércio, antes local, passa a ter dimensões regionais, nacionais, e chegando a ultrapassar as barreiras do Estado Nação, conectando países em diversas etapas de produção e consumo. De forma que a articulação entre as escalas está cada vez mais presente nas relações comerciais, conforme apontam Sposito e Sposito (2017), que trabalham as lógicas associadas às estratégias empresariais para interpretar as articulações. E isso ocorre dado a possibilidade de melhores rendimentos para as empresas que alcançam o mais longínquo da rede urbana, atendendo a um mercado mais amplo.

Com vistas para essa relação apontada, as cidades médias são *nós* fundamentais, uma vez que desempenham papéis de mediação de relações dos fluxos entre as metrópoles e os pequenos centros (SANTOS, 2006). Isso conforma o que Catelan (2013, p. 78) afirma ser uma heterarquia urbana, ou seja, “corresponde ao momento em que as horizontalidades e as verticalidades encontram-se, quando o local/regional é articulado definitivamente à reprodução do capital e às redes que passam a coexistir em múltiplas escalas”. Observando isso é que se pretende estudar a porção sudeste da rede urbana da Amazônia Oriental (Figura 1).

Figura 1: Localização geográfica do Sudeste da Amazônia Oriental em 2020.



Tangencialmente ao comércio, tem-se que este apresenta uma gama de especializações e ramificações, de forma que é importante apontar o foco do trabalho, o qual restringe-se à atuação dos grandes grupos econômicos e do agronegócio. O primeiro grupo tem sido alvo de diversos estudos, tais como Sposito e Sposito (2017), Sposito (2009) e Sposito e Góes (2015), onde se identificou particularidades na realidade brasileira que se faz necessário destacar. A princípio, se aponta que:

[...] compõem vetores importantes de mudanças: a concentração econômica observada em vários ramos comerciais e de serviços, associada ao crescente uso do crediário propiciado por vários grupos econômicos do chamado setor terciário; o aumento de novas formas de comercialização de bens e serviços, com destaque para as franquias; a diversificação das formas de circulação, comunicação e transportes, e o acesso a elas por maior número de pessoas; a ampliação do papel do lazer na pauta de consumo das famílias brasileiras etc. E todos eles reforçam a reestruturação urbana

(redefinição dos papéis das cidades médias na divisão interurbana do trabalho) tanto quanto a reestruturação das cidades médias (alterações na distribuição de usos dos tempos e dos espaços na escala das cidades). (SPOSITO e GÔES, 2015, p. 107).

O crescimento do crédito e a concentração econômica são mudanças que repercutiram significativamente na dinâmica comercial brasileira, estimulando do ponto de vista espacial a dispersão de grandes redes comerciais ao longo das principais cidades, assim como a aquisição de marcas de atuação regional pelos grandes conglomerados de capital nacional e internacional. Nesse sentido, ressaltam Lozano e Sposito (2015):

É fato que a dinâmica de mobilidade do capital que, por um lado, significa a concentração, desconcentração e reconcentração e, pelo outro, a centralização, descentralização e recentralização espacial não se realiza (no espaço) de forma aleatória nem homogênea; pelo contrário, implica em profundas reestruturações na divisão espacial do trabalho seja em escala local, regional ou nacional e, desta maneira, intensifica as desigualdades entre os diferentes espaços. (LOZANO e SPOSITO, 2015, p. 90).

A tríade dialética apresentada identifica a dinâmica de um processo unitário, alimentado pela busca de maior rentabilidade na divisão territorial do trabalho. Conforme se observa, o estágio primeiro de concentração e centralização nos remete à costuma aglomeração das grandes redes e lojas nos centros urbanos que encabeçam a rede urbana do país. Nestas metrópoles nacionais o comércio é aquecido pela alta demanda e pelas relações entre elas. No entanto, esse padrão se complexifica com a relativa dispersão industrial (anos de 1970 e 1990 em diante, conforme Moreira, 2015), que reverbera também na desconcentração de boa parte dos investimentos comerciais, sendo este o momento em que se destaca a relevância das cidades médias, apresentando uma possibilidade de expansão para estes novos mercados.

Com a expansão territorial do comércio varejista e de serviços, por meio da difusão de diversas lojas em pontos nodais das redes espalhadas pelo país, se tem um quadro profundo de reestruturação urbana apontado pelos autores, ou seja, esse movimento traz para espaços até então distantes das relações de produção, lógicas hegemônicas de grandes corporações, alterando modos de vida e de consumo destas populações. Em muitos casos acarretando também na substituição de um comércio de produção local e/ou regional, para um outro com produtos oriundos de fora destes.

Como parte desse processo (de desconcentração territorial das atividades do comércio varejista e serviços) e estimulando seu fortalecimento, o avanço das fronteiras agrícolas modernas

de grãos, cana-de-açúcar e pecuária de corte intensiva, tem atraindo redes agroindustriais, corporações que comercializam maquinários e insumos agrícolas para o interior do país, as quais privilegiavam cidades polos de regiões produtivas agrícolas.

Dessa forma, não se pode desconsiderar que o crescimento do agronegócio tem contribuído para alterar a dinâmica espacial de segmentos da rede urbana brasileira ao longo das últimas décadas, especialmente em suas porções mais periféricas, nas quais a baixa densidade urbana abre espaço para ascensão de importantes cidades funcionais ao campo, como é o caso do Sudeste da Amazônia Oriental. Salienta-se assim que, pensando essas repercussões à luz das redefinições regionais das centralidades:

[...] é necessário considerar a difusão da agricultura científica e dos agronegócios na redefinição dos papéis desempenhados pelos centros urbanos inseridos nas áreas de expansão agrícola – principalmente em função dos avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas instituições de pesquisa, o que possibilita o uso agrícola de áreas do cerrado e do semi-árido brasileiro – gerando, assim, impactos socioespaciais tanto no campo quanto nas cidades. Esses impactos geram a reestruturação do território e a reorganização do sistema urbano, deixando-o cada vez mais complexo. (OLIVEIRA e SOARES, 2014, p. 124).

O processo de complexificação do território pelo viés do agronegócio, pode ser lido pela relação cidade-campo, que desempenha importância basilar nos novos papéis exercidos pelos centros urbanos influenciados por esta dinâmica, conforme cita os autores. Uma vez que, “a demanda pelo consumo produtivo rural faz surgir novas cidades ou reestrutura centros urbanos já existentes, com a intenção de garantir o suporte à produção agrícola cada vez mais moderna” (HENTZ e MOTTER, 2016, p. 121).

O crescimento do agronegócio em conformidade com a agroindustrialização tem os anos de 1970 como referência. Segundo GOMES (2007), foi o momento onde o Estado atua por meio de diversos instrumentos, tais como políticas, incentivos e a criação de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para alavancar as exportações do país. Isso proporcionou a criação de áreas especializadas, redefinições de papéis não apenas de cidades, como é o caso das “cidades do agronegócio” (ELIAS e PEQUENO, 2006); mas de regiões inteiras voltadas para esse segmento do comércio.

[...] é importante reconhecer a existência de especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano nas diferentes regiões produtivas do agronegócio, importantes nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizados, com poder de promover significativas (re) estruturas urbanas e regionais. (ELIAS, 2015, p. 37).

Se apreende disso que essa reestruturação produtiva organizada diretamente pelas demandas do consumo produtivo, e também consuntivo, são fatores de alterações das dinâmicas

regionais inseridas nestes circuitos espaciais de produção com vistas, principalmente, à exportação. Neste ínterim, o Sudeste da Amazônia Oriental se apresenta como uma dessas regiões produtivas, uma vez que tem boa parte de sua área inserida na região da mais recente e dinâmica fronteira agrícola do país, o MATOPIBA³, com destaque para a produção de grãos, principalmente a soja.

No particular do MATOPIBA a pesquisa de Souza (2019) aponta que das seis principais cidades envolvidas no agronegócio desta região, três delas, ou seja, Porto Nacional (TO), Balsas (MA) e Pedro Afonso (TO) estão inseridas no Sudeste da Amazônia Oriental. Foi constatado que essas cidades se especializaram para o campo modernizado do agronegócio, sendo perceptível a dinamização do comércio não apenas voltado ao segmento, mas também ligado a outras áreas.

Ademais, a cadeia produtiva da agroindústria traz novas interações para o espaço, as quais chegam ao campo por meio da implantação de novas técnicas, insumos e maquinários modernos, bem como na cidade com a chegada de grandes empresas nos diversos ramos do comércio voltadas às necessidades produtivas. Neste sentido Hentz e Motter (2016) explicitam que:

[...] o consumo produtivo se articula a inúmeras estratégias, adaptando as cidades próximas às principais demandas de consumo associadas à produção agropecuária, criando aportes técnicos de todas as espécies para a sua realização. Nesses novos padrões de consumo, o comércio se especializa para atender às demandas de cada etapa de um produto agrícola e/ou setor produtivo. (HENTZ e MOTTER, 2016, p. 107).

Segundo os autores a demanda produtiva cria uma necessidade patente para o mercado, e esta gera o movimento de adaptação do mercado para suprir esta demanda. Mesmo que tímida, a dispersão espacial da produção dinamiza diversos segmentos de rede urbana pelo território nacional, produzindo centralidades em pontos específicos, dadas as condições locais, conexão entre as cidades, subsídios ofertados, acesso à terra, dentre outros. Com isso tem-se a fluidez necessária para os diversos fluxos comandados pelo capital e as condições que proporcionam as novas interações espaciais.

O NOVO DESENHO DA REDE URBANA NO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL

A rede urbana da Amazônia Oriental integra o chamado arco do povoamento consolidado, “porque é onde estão as cidades, as densidades demográficas maiores, as estradas e o cerne da

³ O MATOPIBA é explicado pela EMBRABA como uma região produtiva que abrange parcelas dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA), alvo de um projeto de desenvolvimento territorial estratégico em parceria do INCRA e EMBRAPA, e caracterizado pelo investimento em tecnologia e produtividade.

economia” regional (BECKER, 2005, p. 83). Embora o início da ocupação da região remeta ao período colonial, a integração e instrumentalização econômica efetiva se deu com a abertura de grandes rodovias federais a partir de 1960, a exemplo da Rodovia Transamazônica (BR-230) e Belém-Brasília (BR-010).

As rodovias, e depois ferrovias como a Estrada de Ferro Carajás (1985), deram suporte aos projetos agropecuários e minerais de ocupação da região. Estes se realizaram com fortes subsídios do Estado, objetivando, por um lado, deslocar investidores do centro-sul para a Amazônia; e de outro, mobilizar força de trabalho advinda da região nordeste. Nesse contexto, as cidades ocupam papel de destaque, pois exercem atração sobre os fluxos migratórios, organizam o mercado de trabalho e atuam no controle social (BECKER, 1990).

Alguns centros foram estratégica e deliberadamente escolhidos para se tornarem cidades médias⁴ na região, tais como Araguaína (TO), Gurupi (TO) e Imperatriz (MA) (STEINBERGER; BRUNA, 2001), e outros se consolidaram a partir das políticas antes mencionadas, como é o caso de Marabá (PA). O resultado das políticas de integração foi um rearranjo da rede de cidades, onde esses centros assumiram e consolidaram centralidades regionais, sob o signo do rodoviarismo e não mais dos fluxos pelos rios.

A primeira publicação da série Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2000), realizada após a criação do Tocantins, 1988, que compõe nosso recorte de estudo, ocorreu no ano de 2000, com dados de 1993. Nesta publicação, as cidades de Araguaína (TO) e Imperatriz (MA) apareciam no topo do segmento de rede urbana regional, sendo classificadas como de forte centralidade. Em seguida apareciam Marabá (PA) e Gurupi (TO) com centralidade de forte para médio. Palmas, a mais nova capital do país, constava com centralidade apenas de média para fraca, no entanto, é inegável seu papel na reorganização das dinâmicas regionais, uma vez que se apresenta como fator de mudança na hierarquia das redes de cidades do Sudeste da Amazônia Oriental, mas não apenas esta, conforme se verá no transcorrer do trabalho.

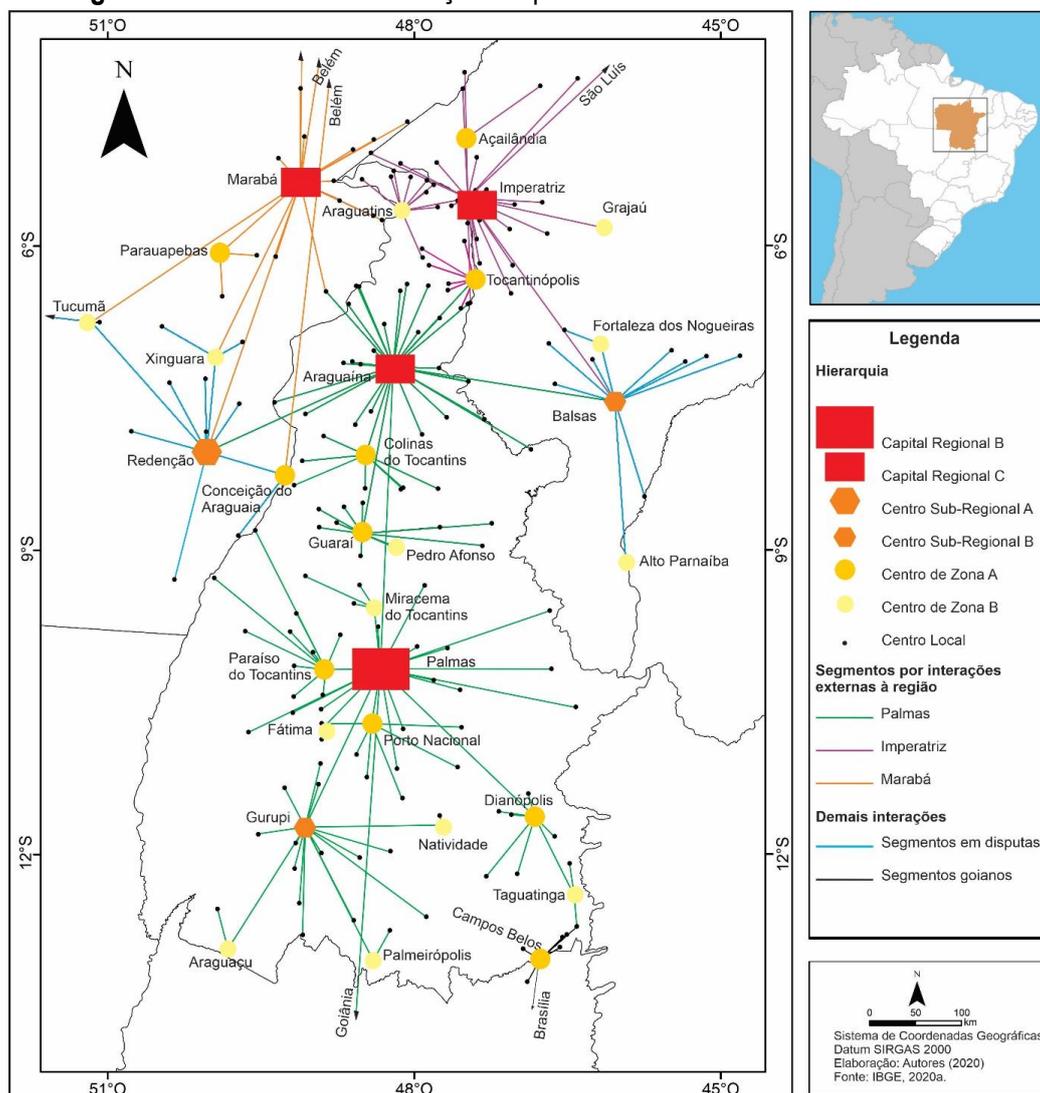
Outras cidades que depois ganhariam proeminência, como Redenção (PA), Açailândia (MA) e Balsas (MA), tinham, respectivamente, centralidade média para fraca, muito fraca e média. Havia uma profusão de centros classificados nesses mesmos intervalos hierárquicos na região: Xinguara (PA), Araguatins (TO), Paraíso do Tocantins (TO), Miracema do Tocantins (TO), Tocantinópolis (TO), Pedro Afonso (TO), Conceição do Araguaia (PA), Parauapebas (PA), Ourilândia do

⁴ Para estudos específicos sobre *cidades médias*, observar Sposito (2007), Andrade & Serra (2001) e Soares (1999).

Norte (PA), Tucumã (PA) e Guaraí (TO). A partir daí existia na base da rede uma miríade de centros que exerciam centralidades só em relação ao seu próprio território (IBGE, 2000).

É na publicação da REGIC de 2008, com pesquisa realizada em 2007, que a rede urbana regional tem um quadro bastante diferente daquele apresentado no início dos anos de 1990. No Tocantins, Palmas, que foi classificada como capital Regional B⁵, e passa a articular seu próprio segmento de rede urbana, cuja extensão atinge quase a totalidade do território estadual, tendo apenas a porção setentrional captada pela influência de Imperatriz (MA), conforme ilustra a figura 2.

Figura 2: Centralidades e interações espaciais na Amazônia Oriental em 2007.



Fonte: IBGE, 2008.

⁵ Na REGIC 2008 e 2020, os centros urbanos tiveram as mesmas classificações: metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole), capital regional (capital regional A, capital regional B, capital regional C), centro sub-regional (centro sub-regional A e centro sub-regional B), centro de zona (centro de zona A e centro de zona B) e centro local (IBGE, 2008, 2020a).

Do ponto de vista das relações externas, o IBGE (2008) indicava que esse segmento de rede era comandado pela cidade de Goiânia, mas agora sob novas bases, uma vez que as funções administrativas no Tocantins foram assumidas pela nova capital. No entanto, a metrópole goiana continuou sendo referência para serviços de saúde (especialmente os de alta complexidade), educação e consumo de vestuário.

O segundo centro urbano mais importante do Tocantins era a cidade de Araguaína, classificada como Capital Regional C, que consolidava sua posição no centro-norte do estado, abrangendo em sua rede de influência ao sul com os Centros de Zona A (Guaraí e Colinas do Tocantins), ao leste com o Maranhão (Balsas e Carolina), e a oeste com o Pará (Redenção, São Geraldo do Araguaia e Piçarra). Outro centro de destaque no estado, aparecendo como terceira força foi a cidade de Gurupi, a única cidade classificada como Centro Sub-Regional B, localizado na porção sul do estado (Figura 2).

No que tange a porção sul do Maranhão, destaca-se Imperatriz, classificada enquanto Capital Regional C, que pode ser justificada pela sua posição enquanto cidade média em estudos como Trindade Júnior (2011) e Sousa (2015); bem como a posição da mesma enquanto a segunda maior cidade maranhense em termos populacionais e de contribuição no PIB estadual (IBGE, 2007). A cidade destacava-se no cenário maranhense principalmente na diversificação de seu setor terciário.

Na área de influência de Imperatriz encontraram-se dois Centros de Zona A. Açailândia (MA) sendo o primeiro, com a dinâmica da produção de ferro gusa, e a instalação de mineradoras alavancando o PIB desta, além de Tocantinópolis (TO). Nesta região de influência tinha também um Centro de Zona-B (Araguatins) na região do Bico do Papagaio, situado ao extremo norte do Tocantins. Enquanto que Balsas, único município maranhense classificado enquanto Centro Sub-Regional B, comparece já com nítidas ramificações que expressavam a pungência da produção agrícola, com destaque para a soja.

Na porção sudeste do Pará está Marabá como principal nó da rede urbana, classificada enquanto Capital Regional C, esta cidade também é identificada enquanto cidade média por diversos estudos como Rodrigues (2010) e Trindade Júnior (2011). No período estudado Marabá constava na terceira posição do ranking estadual de contribuição para o PIB estadual, atrás apenas de Belém e Barcarena, com destaque para o setor de serviços (SEPOF, 2007).

Sob sua influência diversos centros locais, e dois Centros de Zona A (Parauapebas e Conceição do Araguaia). Parauapebas historicamente tem a mineradora Vale enquanto uma de suas grandes fontes de contribuição para o PIB municipal, predominando assim a extração do

minério de ferro; o município alcançou a terceira colocação na contribuição estadual referente a indústria, à frente da capital e de Marabá (SEPOF, 2007), denotando claramente a intensidade da atividade mineradora neste município. Já Conceição do Araguaia destacava-se pela presença da agropecuária, bem como os municípios vizinhos.

Assim, observando um quadro geral de disputa pela gestão do território, alguns municípios destacaram-se por serem intensamente disputados: no Maranhão, Balsas e Estreito como cidades que estavam simultaneamente ligadas a Imperatriz e Araguaína; do lado do Pará, o mesmo se verificou em Piçarra e Redenção, ambas na área de Marabá e Araguaína. Enquanto que, do ponto de vista das ligações externas, havia multiplicidade de vínculos, uma vez que a rede de Imperatriz se vinculava a São Luís; já Balsas, além dos centros citados, se ligava diretamente a cidade de Teresina e Marabá, esta última conectada a Belém (Figura 2).

Redenção (Centro Sub-Regional A) e Balsas (Centro Sub-Regional B) apresentavam feições relevantes de influência na rede urbana, beneficiadas pela posição geográfica, atraíam a demanda de um conjunto de centros locais que orbitavam em seu entorno. Outras cidades, a despeito do porte populacional, como Parauapebas e Açailândia, não conseguiam exercer atração relevante sobre as cidades vizinhas, possivelmente pela proximidade com centros maiores, além da natureza da atividade mineradora⁶ presente em ambas, sendo assim classificados como Centros de Zona A, conforme posto pela Figura 2 anteriormente.

Já o novo estudo REGIC, publicado em 2020, com base em levantamento realizado em 2018 (Figura 3), confirmou as tendências antes discutidas, mas os processos em curso se aceleraram no interregno, de tal forma que o novo quadro da rede urbana regional apareceu com novidades dignas de rupturas nos padrões de interações e áreas de comando. Já outros processos espaciais, que não pareciam tendência, surgiram como novidades reforçando as intensas dinâmicas econômicas pelas quais a região está submetida.

No âmbito geral, o Sudeste da Amazônia Oriental teve assim significativas mudanças na hierarquia de suas cidades. A princípio aponta-se os centros locais reclassificados e elevados tanto a posição de Centros de Zona B (como as cidades tocantinenses de Augustinópolis, Miracema do Tocantins e Taguatinga; e AP⁷ Xambioá no Pará), como a Centros de Zona A (Barra do

⁶ A atividade mineradora, quando predominante nas cidades, inibe a diversificação econômica e favorece a dependência desta por meio de um leque de atividades voltadas para abastecer a mineração, como é o caso encontrado nos estudos de Monteiro (2005) e Guimarães & Milanez (2017).

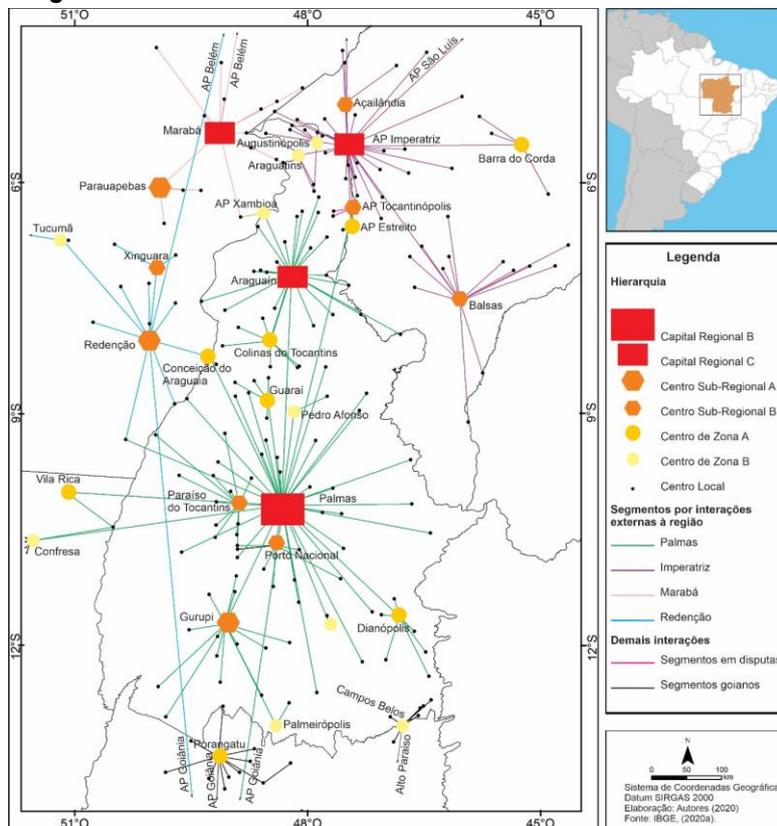
⁷ O IBGE (2016, p. 22), define um AP (Arranjo Populacional), como “o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais”.

Corda e AP Estreito no Maranhão). No Pará, Xinguara saiu de Centro de Zona B para um Centro Sub-Regional B, além de Parauapebas de Centro de Zona A para um Centro Sub-Regional A, esta última apresentando um dos maiores saltos na hierarquia urbana equiparando-se a Redenção, de igual classificação nas duas últimas publicações da REGIC.

Da mesma forma também merece menção Gurupi (TO), elevado a Centro Sub-Regional A; bem como Açailândia (MA) e AP Tocantinópolis (TO) elevados à categoria de Centro Sub-Regional B, conforme figura 3. Tais mudanças confirmam o processo de complexificação da rede urbana do Sudeste da Amazônia Oriental, tendo em vista o impulso tomado por estas cidades e sua inserção na dinâmica do capital.

Pormenorizando, os centros que competem em categorias de maior notoriedade na rede urbana por estado, no Maranhão tem-se Balsas (Centro Sub-Regional B), que passa a se ligar somente a Imperatriz, articula robusto segmento de rede, principalmente nos sentidos sul, leste e norte de seu município, abarcando 14 centros locais (Figura 3). Estes têm economia fortemente ligada à produção de grãos, especialmente a soja, que aparece como principal produto em sete deles, seguida pela pecuária bovina de corte, grãos de milho, cana-de-açúcar e algodão (IBGE, 2019b, 2020a).

Figura 3: Centro e centralidade na Amazônia Oriental em 2018.



Fonte: IBGE, 2020.

A região de influência de Balsas tem um mercado consumidor pequeno para os padrões regionais de cidades médias, são cerca de 241.666 mil habitantes, dos quais 95.925 pertencem ao próprio município, conforme a Tabela 1. No entanto, essa cidade tem o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, com 3,4 bilhões de reais em 2018, ficando atrás apenas de Imperatriz e São Luís (IMESC, 2020). Sua região de influência tem um PIB de 7 bilhões de reais, sendo também a terceira mais importante do estado (IBGE, 2020a, 2020b, 2020c).

Apesar desses números econômicos positivos, a região de Balsas apresenta fortes concentrações de renda, o que tem se traduzido em grandes desigualdades sociais e pobreza. Para se ter uma ideia disso, dos 15 municípios que a compõem, 10 possuem baixos Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e apenas 5 estão situados na faixa de médio, não existindo nenhuma municipalidade com alto IDHM (IBGE, 2010).

A cidade de Imperatriz, Capital Regional C com 259.337 mil habitantes (IBGE, 2020b), comanda o extenso segmento de rede urbana, que se estende a leste de seu território, alcançando a cidade de Barra do Corda. A sul, chega à cidade de Balsas, e a norte vai até Açailândia e seus centros adjacentes. Praticamente toda a região do Bico do Papagaio é comandada por Imperatriz, limitando a influência de Marabá e Araguaína. Na verdade, essa porção mais setentrional é disputada intensamente entre Imperatriz e Marabá, ficando Araguaína em condição mais difícil de competitividade territorial, até pela acessibilidade, mais distante (Figura 3).

A região de Imperatriz, composta por 63 municípios, tem amplo mercado populacional, com cerca de 1.558.130 milhões de habitantes, e com PIB de 26 bilhões de reais (Tabela 1). Tem uma estrutura de comércio e serviços bastante complexa, comparável na região somente a Palmas, tendo realce nos segmentos de vendas e produção de vestuário, comercialização de eletroeletrônicos, produtos para o campo, especialidades em saúde, ensino superior e transporte, com destaque para seu Aeroporto (IBGE, 2017, 2020a).

Tabela 1: Dinâmica populacional e econômica das principais cidades do Sudeste da Amazônia Oriental, 2020.

CIDADE CENTRAL				REGIÃO DE INFLUÊNCIA (REGIC)		
Cidade/UF	Hierarquia na REGIC	População	PIB	População	PIB	Nº de Municípios
Palmas - TO	Capital Regional B	306.296	9.425.132	1.672.592	37.688.743	129
Imperatriz - MA	Capital Regional C	259.337	7.126.746	1.558.130	26.870.499	63
Marabá - PA	Capital Regional C	283.542	8.780.799	939.412	36.647.062	17
Araguaína - TO	Capital Regional C	183.381	4.387.503	455.704	11.784.978	31

Parauapebas - PA	Centro Sub-regional A	213.576	15.995.450	303.465	24.300.187	4
Gurupi - TO	Centro Sub-regional A	87.545	2.202.620	180.042	4.279.665	16
Redenção - PA	Centro Sub-regional A	85.563	1.802.562	580.940	9.504.083	16
Balsas - MA	Centro Sub-regional B	95.929	3.457.728	241.666	7.017.376	15

Fonte: IBGE (2020a, 2020b, 2020c). Org: Autores, 2020.

No Tocantins, a cidade de Palmas, sua capital, com 306.296 habitantes e classificada como Capital Regional B, não somente consolida seus papéis urbanos, como expande sua influência territorial de maneira expressiva. Na base da rede, incorpora um maior número de centros locais a seu comando direto, composta por 129 municípios, abrigando cerca de 1.672.592 milhões de habitantes, e PIB de 37 bilhões de reais no topo das principais cidades da região Sudeste da Amazônia Oriental (Tabela 1). A cidade estrutura uma intensa rede de serviços, notadamente na área da saúde, educação e transporte; no comércio, é foco de produtos especializados e raros no contexto regional, com destaque também para as atividades no segmento de gestão, empresarial e pública, os quais são representados por grandes grupos econômicos, como se verá na próxima seção (IBGE, 2017, 2020a).

A cidade de Araguaína, com 183.381 mil habitantes, manteve sua classificação como Capital Regional C, exercendo importante papel no norte do estado e articulando seu próprio segmento de rede. Sua região de influência é composta por 31 cidades, tendo 455.704 habitantes e um PIB de 11 bilhões de reais (Tabela 1). Embora tenha perdido, como visto, influência sobre uma série de centros, especialmente sobre Balsas (MA) e Redenção (PA), ela continua uma referência na prestação de serviços de alta complexidade da saúde, oferta de bens e serviços para o setor de agronegócio e destino de parcela importante da produção bovina regional, que são compradas por suas agroindústrias (IBGE, 2020a).

Já Gurupi (Centro Sub-Regional A), que já não tinha um segmento de rede urbana tão extenso, perdeu parte dele para Palmas, fazendo com que sua rede ficasse comprimida entre o segmento da capital e aquele estabelecido por Porangatu (GO), que começa a expandir sua influência também para o Tocantins, adentrando em área que outrora era de Gurupi (Figura 2 e 3). Essa cidade, com 87.545 habitantes, tem a região de influência com menor contingente populacional entre as principais cidades da região, com apenas 180.042 mil habitantes, e o menor PIB, 4,2 bilhões (Tabela 1).

Redenção, no sul do Pará, manteve a condição de Centro Sub-Regional A, mas tem um segmento de rede mais complexo do que Balsas, porque consegue comandar não apenas um conjunto de centros locais (sete), mas também a subordinar Tucumã (Centro de Zona B), Conceição do Araguaia (Centro de Zona A) e Xinguara (Centro Sub-Regional B). E talvez o principal: ela não está mais vinculada a Araguaína (TO) e Marabá (PA), e sim às metrópoles que comandam essa porção da rede urbana, ou seja, Goiânia e Belém (Figura 3).

Esse centro vai se consolidando como cidade média, influenciando direta e indiretamente 16 cidades em uma região de influência relativamente extensa, cuja população total alcança 580.940 habitantes (Tabela 1). Sua posição geográfica, considerada distante de centros regionais consolidados, como Araguaína, Marabá e Palmas, facilita, pela ausência de concorrência direta, sua ascensão e estabelecimento em posição intermediária na rede urbana regional (Figura 3).

Já a cidade de Marabá, com 283.542, e classificada como capital Regional C, exerce influência sobre 17 municípios, tendo, portanto, a menor região de influência entre as cidades de mesmo nível hierárquico na região. Isso aconteceu porque boa parte da sua área de comando, no sul do Pará, passou a ser capturada pela cidade de Redenção, que além de articular seu próprio segmento, passa a comandar as sub-regiões de Xinguara e Tucumã. Ainda assim, a região de Marabá possui cerca de 939.412 mil habitantes e PIB de mais de 36 bilhões de reais (Tabela 1).

Grande parte desses números se devem a Parauapebas, que está subordinada a Marabá, e possui cerca de 213.576 mil habitantes e PIB de 24 bilhões de reais (Tabela 1). É uma cidade de porte médio, que deve seu dinamismo às atividades minerais desenvolvidas pela Vale. Daí os valores astronômicos de sua riqueza e a atração que exerce de grandes grupos econômicos, como veremos, mas sem que isso se traduza em centralidade interurbana, uma vez que sua posição geográfica relativamente isolada, dificulta sua influência sobre outros centros, o que ocorre somente sobre três cidades vizinhas, também produtoras de minérios, Cannã dos Carajás, Eldorados dos Carajás e Curionópolis (IBGE, 2020a).

Diante do exposto, se apreende que a porção norte da região Sudeste da Amazônia Oriental apresenta intensa disputa por centralidade e comando, entre as três cidades no topo da hierarquia urbana regional, ou seja, Imperatriz, Marabá e Araguaína. Sobressai as estratégias adotadas por agentes públicos e privados dessas cidades para expandirem seus mercados, o que tem resultado, até o momento, na ampliação da área da primeira em detrimento da segunda e terceira cidade. Como parte disso, está a ascensão de novos centros, que tendem a se consolidar enquanto cidades médias da região, Balsas e Redenção.

No entanto, há também a estratégia de grupos econômicos que atuam nessas cidades buscando aproveitar suas respectivas áreas de mercado. Para eles, o que existe é um mercado regional que precisa ser apropriado por meio de sua instalação nos principais centros. Essa estratégia já é notável no caso de Redenção e Balsas, que passam a ter empresas que existiam apenas em Imperatriz, Marabá e Araguaína. Assim, na próxima seção iremos assinalar o papel dos grandes grupos econômicos, amiúde ligados ao agronegócio e grandes varejistas, nas redefinições das centralidades e interações espaciais da região.

O PAPEL DOS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS E DO AGRONEGÓCIO

Os grandes grupos econômicos sem dúvida são fundamentais nas dinâmicas pelas quais tem passado a região Sudeste da Amazônia Oriental. Eles instalam-se nos centros regionais consolidados ou emergentes e deles passam a comandar, de um lado, a distribuição de bens, serviços e, de outro, o processamento, compra e exportação de matérias primas. Na Tabela 2, identifica-se a presença dos 20 maiores grupos econômicos nacionais/internacionais que atuam na região, segundo o Ranking Empresas Mais de 2020, elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo.

A cidade com maior atração de grupos econômicos é Marabá, tendo sete dos 20 maiores grupos econômicos, sendo eles a Ipiranga, BR Distribuidora, Raízen, Vale, Vivo, JBS e Atacadão (Tabela 2). A cidade se destaca em relação às outras de mesmo nível porque não é apenas um centro varejista, mas um nó logístico na distribuição de combustível para o sul/sudeste do Pará; além de foco de investimentos minerais da Vale e centro de compra de bovinos da região (IBGE, 2020a, VALE [ca. 2020]).

Já Palmas conta com cinco grandes grupos econômicos, mas diferentemente de Marabá, eles estão voltados para o ramo varejista, indicando pouca diversificação econômica: Açai Atacadista, Via Varejo, Vivo e Atacadão (Tabela 2). Em termos produtivos há a presença da Cargill, com unidade de comercialização de cereais, leguminosas beneficiadas, farinhas, amidos e féculas (BRASIL, 2020c), não só desse município, mas dos vizinhos, se justificando pela posição geográfica da capital e seu poderio econômico favorável a essa centralização.

Perfil semelhante tem Parauapebas, Araguaína e Imperatriz, as quais predominam a atração de grupos varejistas, exemplo da Via Varejo e Açai Atacadista (tabela 2). Mas, a presença da Vale em Parauapebas e da JBS em Araguaína, indicam as especializações produtivas de seus municípios/regiões, a primeira sede das atividades de exploração mineral daquela multinacional

no sul/sudeste do Pará, enquanto a segunda, é o principal destino da produção pecuarista do centro-norte do Tocantins (IBGE, 2020a, VALE [ca. 2020]).

Duas cidades, a pequena Porto Nacional-TO e a de porte médio, Açailândia-MA, cada uma delas atraindo cinco grandes grupos econômicos, se destacam em relação às cidades médias consolidadas, aparecendo à frente de Araguaína-TO e Imperatriz-MA (Tabela 2). Isso se deve ao fato de seus municípios conterem pátios multimodais, os quais foram escolhidos para serem *nós* logísticos; no primeiro caso, da distribuição de combustível e exportação de grãos através da Ferrovia Norte-Sul, que tem como representantes as empresas Bunge, Cargill, BR Distribuidora, Raízen e Ipiranga (BRASIL, 2020a, 2020c).

Tabela 2: As 20 maiores empresas nas cidades do Sudeste da Amazônia Oriental em 2020.⁸

Cidades/UF	Nº de Grupos por cidade	Empresas
Marabá - PA	7	Ipiranga, BR Distribuidora, Raízen, Vale, Vivo, JBS, Atacadão
Açailândia - MA	5	BR Distribuidora, Raízen, Vale, Vivo, Ipiranga
Porto Nacional - TO	5	Bunge, Cargill, BR Distribuidora, Raízen, Ipiranga.
Palmas - TO	5	Açaí Atacadista, Via Varejo, Vivo, Cargill, Atacadão.
Araguaína - TO	4	Vivo, Atacadão, Via Varejo, JBS.
Imperatriz - MA	3	Atacadão, Vivo, Via Varejo.
Parauapebas - PA	3	Vale, Aça Atacadista, Vivo.
Balsas - MA	3	Vivo, Bunge, Cargill.
Redenção - MA	2	Vivo, JBS.
Gurupi - TO	2	Via Varejo, JBS.
Porto Franco - MA	2	Bunge, Cargill.
Guaraí - TO	2	Vivo, Bunge.
Tucumã - PA	2	JBS, Vivo.
Paraíso do Tocantins - TO	2	Vivo, BRF.

Fonte: Ranking Empresas Mais (ESTADÃO, 2020), Site das Empresas, Brasil (2020a, 2020b, 2020c).
Levantamento e organização: Autores (2020).

Obs. 1: Foram relacionadas na tabela somente as cidades com 2 ou mais grupos empresariais.

No segundo caso, de Açailândia-MA, há a presença de dois pátios multimodais, da Ferrovia Norte-Sul e da Estrada de Ferro Carajás, ambos controlados pela Vale. Esse município tem função logística fundamental nas operações de exportação e comercialização de ferro-gusa dessa

⁸ A empresa *Claro*, embora esteja no grupo dos 20 maiores, foi descartada porque tem presença muito grande nos municípios da região, o que não faz sentido mantê-la do ponto de vista de identificar as hierarquias da rede urbana. Já a empresa Ambev foi descartada pela ausência de dados seguros sobre as suas plataformas de distribuição. No caso da BR Distribuidora e da Ipiranga, considerou-se como critério de presença em uma cidade a instalação de bases de distribuição de combustível, conforme Brasil (2020a).

multinacional. Além disso, é central para a distribuição de combustível no transbordamento da porção norte da região, contando com a presença da BR Distribuidora, Raízen e Ipiranga (Tabela 2).

Seguindo com a análise da tabela 2, observa-se que outras cidades pequenas, como Porto Franco-MA, Tucumã-PA, Guaraí-TO e Paraíso do Tocantins-TO, possuem cada uma, ao menos, duas unidades dos grandes grupos econômicos. Isso se deve tanto a atuação da Vivo, que possui vasta rede descentralizada, focando além dos centros médios, em centros sub-regionais, como também por essas cidades serem polos agroindustriais de produção bovina, acolhendo unidades da JBS, e/ou nó logístico na cadeia da soja, através de empresas como Bunge e Cargill.

Balsas-MA e Redenção-PA apresentaram três e dois grupos econômicos respectivamente, aparentando possuir um desempenho aquém das demais, no entanto, ao se olhar a perspectiva escalar, a realidade é bem diferente. A primeira, acolhe os grupos econômicos representantes do agronegócio, Bunge e Cargill, que, ao lado de Porto Franco, são os únicos municípios da região sul do Maranhão a ter as duas empresas em seu território (Tabela 2).

Mas, Balsas tem outros grandes grupos econômicos que, embora não estejam classificados entre 20 os maiores, lhe possibilitam a condição de centro pelo qual passa a produção regional de grãos (IBGE, 2020a). Entre essas empresas, destaca-se as multinacionais ADM do Brasil, Agrex do Brasil, Amaggi Louis Dreyfus e CHS South America. Outros grupos de menor porte, mas com acentuada importância no mercado regional/nacional, é a SLC Agrícola, a RISA S/A e a Fazenda Cajueiro (BRASIL, 2020b, 2020c, EXAME, 2020, MAPS, 2019).

Estas duas últimas empresas são grupos de investimentos de alcance regional com matriz na cidade de Balsas. A RISA S/A atua na produção e comercialização de grãos, sementes de soja, defensivos e máquinas agrícolas, formulação de fertilizantes com matéria-prima, secagem, armazenamento e transporte de grãos. A Fazenda Cajueiro, de mesmo proprietário da Sementes Cajueiro, grupo que controla parte das ações da FT Sementes, é o principal fornecedor de sementes dessa empresa e da BRS no norte e nordeste do Brasil (MAPS, 2019, RISA S.A [ca. 2020], SEMENTES CAJUEIRO, [ca. 2020]).

Assim, Balsas é referência na prestação de serviços voltados para o agronegócio de grãos, não só porque atrai grande quantidade de investimentos externos, mas também por que seu espaço é o terreno de diversas iniciativas que, em cooperação e/ou conflito com o capital nacional/internacional, abrem empresas que passam a atuar não só no município, mas na região sul do Maranhão e do MATOPIBA, exercendo forte gestão territorial e drenando renda para esse centro.

Nesse sentido, no segmento de máquinas agrícolas, uma empresa pioneira na cidade foi a concessionária LAVRONORTE, fundada em 1977 e que comercializa máquinas da corporação estadunidense John Deere. Atualmente, a empresa possui filial em Campos Lindos (TO) e nas cidades maranhenses de Alto Parnaíba, Santa Inês e Imperatriz. Em 1995 foi fundada a concessionária Comarive Máquinas Agrícolas, que trabalha com maquinário da fabricante finlandesa Valtra, tendo atualmente filiais em Imperatriz e São Mateus (MA) (MAPS, 2019, LAVRONORTE, [ca. 2020], COMARIVE, [ca. 2020]).

Uma segunda fase de criação de concessionárias de máquinas agrícolas se deu a partir de 2011, com o surgimento da Risa Máquinas comercializante dos produtos da fabricante americana CASE IH, que também possui filiais nas cidades piauienses de Uruçuí e Baixa Grande do Ribeira. No mesmo ano, surge a empresa Integração Agrícola, representando a Stara S/A Indústria de Implementos Agrícolas, que apresenta atuação também no município vizinho de Campos Lindos (TO). Já em 2019 é aberta a Fronteiras Máquinas, empresa que comercializa peças multimarcas de máquinas agrícolas nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí (MAPS, 2019, RISA S.A [ca. 2020], INTEGRAÇÃO AGRÍCOLA, [ca. 2020], FRONTEIRAS MÁQUINAS, [ca. 2020]).

Para complementar a extensão do comércio de maquinário voltado às necessidades produtivas do agronegócio, vale citar a Entrepasto Máquinas representante da Volvo, e que abriu uma filial em Balsas no ano de 2008, tendo uma posterior ampliação de seus serviços em 2014 por meio de investimento de 1 milhão, apenas nessa loja. Também atuam na cidade o grupo Grão de Ouro Agronegócios cuja filial vende os produtos da própria marca, e também comercializa produtos da fabricante New Holland (participante do grupo FIAT), da Mardisa Agro (concessionária Mercedes-Benz, grupo PARVI), da marca norte americana Massey Ferguson e da brasileira Agrale (FREELERS, 2014, MAPS, 2019, EAE MÁQUINAS, [ca. 2020], AGRALE, [ca. 2020], FERGUSON [ca. 2020]).

Já a cidade de Redenção é, ao lado de Marabá e Tucumã, as únicas cidades com plantas da JBS no sul/sudeste do Pará. Trata-se de uma região com grande produção bovina, o que a faz ser uma das referências no destino da produção pecuarista regional. Outras multinacionais que atuam no setor produtivo deste município é a Agrex do Brasil (subsidiária do Grupo Mitsubishi), que atende a crescente expansão de soja na região, bem como a TRC (Teak Resources Co.) ligada a extração e comercialização de madeira no mercado mundial (IBGE, 2019a, BRASIL, 2020c).

Semelhantemente a Balsas, Redenção se torna uma referência no fornecimento de insumos, máquinas e serviços para a pecuária e cada vez mais para produção de soja e milho que avança na região. Concessionária pioneira na cidade foi a REIMAC, criada em 1994 para representar a fabricante New Holland, e que se expandiu nos anos seguintes, possuindo atualmente filiais em Marabá-PA, Floresta do Araguaia-PA, Tucumã-PA, Xinguara-PA e Santana do Araguaia-PA (MAPS, 2019, REIMAC, [ca. 2020])

Em 2001 foi inaugurado a concessionária AGRINORTE que comercializa máquinas da John Deere, e hoje já possui filiais em Marabá (PA), Santarém (PA), Dom Eliseu (PA), Paragominas (PA) e Ananindeua (PA). E, no ano de 2015 foi criada a concessionária Raízes Máquinas, que comercializa os produtos da CASE IH em todo sul/sudeste do Pará, já que é a única autorizada na região. Além de a cidade contar ainda com a presença da Sul Pará Concessionária e Revendedora, filial da concessionária de Marabá que comercializa máquinas da marca Massey Ferguson (MAPS, 2019, AGRINORTE, [ca. 2020], RAÍZES, [ca. 2020], FERGUSON, [ca. 2020]).

A insistência nos casos de Balsas e Redenção busca complementar as informações sugeridas pela classificação dos 20 maiores grupos econômicos. Vê-se que elas são cada vez mais focos de atração de grandes grupos do agronegócio, com destaque para as empresas de máquinas agrícolas. As atividades agrícolas que aí se desenvolvem dependem cada vez menos do comércio situado nas tradicionais cidades médias. E o mais significativo disso é que não se trata só de dinâmicas que chegam até essas cidades, mas que partem delas.

Essas cidades não somente atraem filiais que já estão nas cidades médias tradicionais da região, mas abrem empresas em seu território que passam a atuar naqueles centros intermediários, invertendo a lógica da rede urbana e comprovando as redefinições regionais que aí se estabelecem. No caso do comércio desse segmento de máquinas, trata-se especialmente de grandes fazendeiros, da pecuária ou de grãos, que tomam a iniciativa e passam a criar empresas ligadas aos seus ramos nesses municípios e se expandem para a região.

Além do ranking elencado na Tabela 2, a pungência do agronegócio na região Sudeste da Amazônia Oriental também pode ser lida pela pesquisa da REGIC (IBGE, 2020a), de onde se tira uma lista das 30 principais cidades brasileiras participantes das atividades agropecuárias sob quatro enfoques, dos quais três deles apresentam cidades desta região. São eles: a) centralidade para a aquisição de insumos, b) centralidade para a aquisição de maquinários e implementos; e c) centralidade para assistência técnica.

No comércio direcionado a compra de insumos agropecuários, duas cidades se destacam na região: Marabá na 18ª posição e Araguaína no 28º lugar dentre os 30 principais, sendo fundamental a observação feita pelo órgão sobre esta última, que se refere a influência exercida pela cidade indo além dos limites estaduais, alcançando os estados do Maranhão e Pará.

Com relação a centralidade voltada a aquisição de máquinas e implementos agropecuários temos ênfase em três cidades do Sudeste da Amazônia Oriental: Marabá na 12ª posição, Araguaína na 23ª e Redenção com a 28ª colocação. Segundo as observações levantadas pela REGIC, a centralidade exercida por essas duas cidades paraenses está voltada a uma especialização na comercialização de maquinário direcionado para bovinos de corte (IBGE, 2020a). Já no que diz respeito a centralidade voltada para a assistência técnica orientada para a produção agropecuária, a ênfase se dá para os mesmos três municípios, sendo Marabá o 11º colocado, Araguaína o 26º e Redenção em 30º lugar.

Outra forma de olhar para essas cidades e sua inserção na rede urbana, é identificar quais dos 20 maiores grupos varejistas possuem filiais nestas. Aqui, ao invés de dar uma visão global de sua dinâmica econômica, que vai além da centralidade, a atenção está sobretudo nesta última. Por isso, a realidade apresentada na Tabela 3 é próxima da classificação hierárquica da rede regional, na qual cidades pequenas como Porto Nacional e de porte médio, como Açailândia perdem a relevância antes observada.

Tabela 3: Os 20 maiores varejistas nas cidades do Sudeste da Amazônia Oriental em 2020.

Cidades/UF	Nº de marcas por cidade	Total de unidades na cidade	Shoppings Centers	Varejistas por cidade
Palmas - TO	9	21	2	Extra [1], Riachuelo [1], Pague Menos [5], Drogasil [5], Americanas [3], Renner [1], Casas Bahia [3], Açai Atacadista [1], Atacadão [1].
Imperatriz - MA	8	24	2	Grupo Mateus [10], Riachuelo [1], Americanas [2], Renner [1], Casas Bahia [2], Atacadão [1], Magazine Luiza [3], Pague Menos [4].
Marabá - PA	6	16	1	Grupo Mateus [7], Riachuelo [1], Americanas [2], Renner [1], Magazine Luiza [4], Atacadão [1].
Parauapebas - PA	6	15	1	Grupo Mateus [6], Drogasil [2], Americanas [4], Renner [1], Magazine Luiza [1], Açai Atacadista [1].
Araguaína - TO	5	11	-	Pague Menos [5], Drogasil [1], Americanas [3], Casas Bahia [1], Atacadão [1].
Balsas - MA	5	6	-	Grupo Mateus [2], Drogasil [1], Americanas [1], Magazine Luiza [1], Pague Menos [1].
Gurupi - TO	4	5	-	Pague Menos [2], Drogasil [1], Americanas [1], Casas Bahia [1].
Canaã dos Carajás - PA	4	4	-	Magazine Luiza [1], Americanas [1], Pague Menos [1], Grupo Mateus [1].

Redenção - PA	4	5	-	Grupo Mateus [1], Americanas [2], Pague Menos [1], Magazine Luiza [1].
Grajuau - MA	4	5	-	Magazine Luiza [1], Americanas [1], Pague Menos [1], Grupo Mateus [2].
Estreito - MA	3	4	-	Magazine Luiza [1], Americanas [1], Grupo Mateus [2].
Xinguara - PA	3	3	-	Magazine Luiza [1], Grupo Mateus [1], Americanas [1].
Tucumã - PA	3	4	-	Magazine Luiza [1], Grupo Mateus [2], Americanas [1].
Açailândia - MA	3	5	-	Magazine Luiza [1], Grupo Mateus [3], Pague Menos [1].
Paraíso do Tocantins - TO	2	2	-	Americanas [1], Pague Menos [1].
Porto Nacional - TO	2	2	-	Americanas [1], Pague Menos [1].
Rondon - PA	2	3	-	Magazine Luiza [1], Grupo Mateus [2].

Fonte: Estadão, Ranking Empresa Mais (2020), Site das Empresas; ABRASCE (2020).
Levantamento e organização: Autores (2020).

Obs. 1: Entre colchete está o número de estabelecimento/unidade da empresa na cidade.

Obs. 2: Foram relacionadas na tabela somente as cidades com 2 ou mais marcas varejistas.

Percebe-se na Tabela 3 a importância dos *shoppings centers* na atração de empresas varejistas, pois as cidades que apresentam o maior número de empreendimentos desta natureza são aquelas nas quais há a presença desse equipamento de consumo. Ressalta-se que algumas lojas, devido o perfil de “economias de aglomeração”, possuem como política se instalarem preferencialmente em *shoppings vis-à-vis* às lojas de rua, no entanto isso não se aplica a todas.

Pormenorizando os dados, temos que Palmas aparece no topo da tabela 3 apresentando nove marcas varejistas as quais possuem 21 estabelecimentos na cidade, confluindo com a presença de dois *shoppings centers* em seu espaço urbano. A atratividade da cidade está ligada a pelo menos dois fatores: a) o *status* de capital estadual que a cidade usufrui, b) a sua capacidade de gestão dos fluxos no território estadual e circunvizinhança.

Em seguida aparece Imperatriz com oito marcas de grupos varejistas, e com o maior número de unidades entre as cidades listadas, ou seja, 24 unidades; além da presença de dois *shoppings centers*, tal qual Palmas. Essa grande quantidade de lojas pode ser justificada pela alta demanda do consumo local e regional, uma vez que a cidade possui forte centralidade voltada ao comércio e a prestação de serviços, sendo um entreposto comercial entre sudoeste/sul do Maranhão, sul/sudeste do Pará e da região do Bico do Papagaio no norte do Tocantins (SOUSA, 2015). Onde importa expor que Imperatriz também tem forte atuação do grupo Mateus (originário em Balsas), que atualmente possui aí 10 lojas, sendo cinco Eletro Mateus, três Mix Atacarejo e dois supermercados Mateus (MATEUS, [ca. 2020]).

Marabá e Parauapebas possuem seis marcas dos 20 maiores varejistas cada uma, com 16 e 15 unidades respectivamente. Essas duas cidades encerram a lista daquelas que possuem *shoppings centers* na região. Nelas há, assim como Imperatriz, forte atuação do grupo Mateus, que possui nestas, um total de 13 estabelecimentos. Como particularidade, se destaca a presença

de quatro unidades da Magazine Luiza em Marabá e quatro Lojas Americanas em Parauapebas, ilustrando a divisão territorial do trabalho e a disputa por esses mercados (Tabela 3).

Ainda conforme dados da tabela 3, há cinco marcas varejistas em Araguaína e Balsas, mas a diferença de intensidade do capital nelas é significativa, em virtude dos mercados aos quais cada cidade possui, uma vez que, como se viu, a população da primeira é quase o dobro da segunda. Assim, em Araguaína existem 11 lojas dos cinco varejistas, enquanto em Balsas, o mesmo número de varejistas tem apenas seis lojas. A presença de farmacêuticas nessas cidades e principalmente em Araguaína, já que são cinco unidades da Pague Menos, arrefece as funções centrais, uma vez que se trata de comércio muito mais voltado para sua população do que para habitantes externos.

As cidades de Redenção e Gurupi atraíram quatro marcas, assim como as cidades pequenas de Canaã dos Carajás e Grajaú. Isso se deve à atuação bastante descentralizada de algumas empresas, como Americanas, Magazine Luiza e Mateus, as quais incorporam em seu rol de centros aqueles pequenos, desde que possuam uma área sub-regional de influência ou que tenham um forte mercado consumidor em seu próprio município (Tabela 3).

É neste último caso que se enquadra Canaã dos Carajás, com 38.103 habitantes e Grajaú com 70.065 habitantes (IBGE, 2020b). Canaã dos Carajás compensa o baixo contingente populacional em relação a Grajaú pela presença da Vale em seu território, que desenvolve diversas atividades incorporando uma porção de profissionais liberais com poder aquisitivo suficiente para justificar a presença das redes varejistas.

Há ainda um grupo de cidades pequenas que acolhem esses mesmos grupos econômicos (Americanas, Magazine Luiza, Pague Menos e Mateus), mas cujo sentido se deve mais aos seus papéis sub-regionais, como é o caso de Xinguara, Tucumã, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Estas cumprem funções regionais relevantes de distribuição de bens e serviços para municípios vizinhos, especialmente de eletrodomésticos, eletrônicos e vestuários (IBGE, 2020a).

O sentido da atuação desses grupos mais descentralizados nas cidades de Redenção, Gurupi e Balsas, não se deve apenas aos seus contingentes populacionais, mas aos papéis que exercem na rede urbana. Esses municípios são complementados por outras redes importantes que atuam na região, o que os consolida como centros de consumo e distribuição de produtos. Exemplo disso é o grupo Nosso Lar, a mais importante rede varejista do Tocantins, com atuação no ramo de eletrodoméstico e presentes nos estados da Bahia, Pará e Maranhão, distribuídas em 14 cidades, entre elas, as três antes mencionadas (TOCANTINS, 2016, NOSSO LAR [ca. 2020]).

Além dessas informações, coloca-se que os dados da REGIC, publicados pelo IBGE (2020a), apontam que, dentre as cidades do Sudeste da Amazônia Oriental, Imperatriz é o principal centro para a aquisição de móveis e eletroeletrônicos, constando na 25ª posição entre os 30 principais municípios do país. Tendo notoriedade essa mesma cidade no que tange a centralidade definida pelo comércio de vestuário e calçados, sendo classificada como o 14º município dentre as 30 cidades brasileiras mais importantes nesse segmento, o que reafirma seu papel de comando regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto se reafirma o quadro de reestruturação urbano-regional pelo qual a rede urbana brasileira tem passado, em face das novas relações desenvolvidas pelo avanço dos grandes grupos econômicos e do agronegócio globalizado, em busca de novos mercados e condições de rentabilidade para o grande capital. O consumo consuntivo e, principalmente, o consumo produtivo se apresentam como fatores propulsores deste movimento, os quais atraem investimentos de empresas, grupos econômicos e grandes marcas nacionais e internacionais para o Sudeste da Amazônia Oriental.

Identificou-se dois centros com relativa perda de influência nas cidades de seu entorno regional, Araguaína (TO) e Marabá (PA). A primeira, pela sua localização geográfica, entre dois centros de mesma ordem, mas de influência proeminentemente maior (Imperatriz e Palmas) vê sua rede comprimida no sentido norte-sul, bem como perde influência sobre as emergentes Redenção e Balsas, no sentido leste-oeste; a segunda pelo crescimento de centros menores em processo de especialização, tal como Redenção, é um dos fatores de redução da influência desta cidade.

Balsas (MA) e, principalmente, Redenção (PA), são efetivamente as novidades regionais, enquanto centralidade e interações espaciais. A primeira é notoriamente uma das principais cidades do agronegócio do país, com elevada produção de soja e componente da região do MATOPIBA, atraindo grandes marcas de máquinas, insumos e implementos agrícolas num aquecido mercado voltado às necessidades produtivas. A segunda passou a articular seu próprio segmento de rede, se desvincilhando de Marabá, e consolidando-se enquanto cidade média voltada principalmente à pecuária, com a presença de redes frigoríficas como a JBS.

Por outro lado, verificou-se também o incremento de duas cidades médias que mantiveram suas posições na rede urbana, e para além disso, ampliaram seus papéis, sendo elas Palmas

(TO) e Imperatriz (MA). Essas cidades somam 45 lojas dos principais grupos varejistas do país, demonstrando que os mercados que possuem são os mais rentáveis da região, ao passo que a presença dessas empresas reforça suas centralidades e as colocam no âmbito de interações espaciais interescales.

As modificações em cursos apontam, de um lado, para o acirramento da competição entre as cidades da região, principalmente em seus estratos médios e superiores. Nesse cenário, as áreas de influência dos centros tendem a serem reduzidos em favor da intensificação das relações entre cidade e região. Por outro lado, o alargamento dos papéis de Palmas, e em menor grau, de Imperatriz, apontam para o acirramento do processo de diferenciação, com essas cidades assumindo comandos macrorregionais.

REFERÊNCIAS

- ABRASCE - Associação Brasileira De Shopping Centers. **Números do setor por estado**. Disponível em: <<https://abrasce.com.br/numeros/estados/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.
- AGRINORTE. **Nossa empresa**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<http://www.agrinorte-pa.com.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- AGRALE. **Rede Agrale**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.agrale.com.br/pt>>. Acesso em: 06 mai. 2020.
- ANDRADE, Thonpson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 19. N. 53, p. 71-96, jan/abr/2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Relação de bases de distribuição de combustíveis líquidos autorizadas a operar**. Brasília, Ministério de Minas e Energia, 2020a.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Cadastro de Empresas Importadoras**. Brasília, Ministério da Economia, 2020c.
- _____. **Cadastro de Empresas Exportadoras**. Brasília, Ministério da Economia, 2020c.
- BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas-TO na rede de integração regional**. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescales e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- COMARIVE. **Empresa**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.comarive.com.br/#>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ELIAS, Denise. Consumo produtivo em regiões do agronegócio no Brasil. In: BALLEET, Carmen Bellet. [et al.], (Orgs.). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56.

_____.; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

EAE MÁQUINAS. **New Holland e Grão de Ouro ampliam rede de lojas no Tocantins e Maranhão**. Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://eaemaq.com.br/noticias-do-mercado/new-holland-e-grao-de-ouro-ampliam-rede-de-lojas-no-tocantins-e-maranhao/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ESTADÃO. **Ranking Estadão Empresas Mais**. São Paulo: Estadão, 2020. Disponível em: <<https://publicacoes.estadao.com.br/empresasmais/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

EXAME. **Melhores e maiores: as 400 empresas do agronegócio em 2020**. São Paulo: Exame, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/400-maiores-do-agronegocio-4/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FERGUSON. **Concessionárias**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.masseferguson.com.br/concessionarias/localize-a-sua/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

FREELERS. **Grupo Entrepósito expande filial de equipamento Volvo da cidade de Balsas (MA)**. [S. l.]: 2014. Disponível em: <<https://www.frotacia.com.br/grupo-entrepósito-expande-filial-de-equipamentos-volvo-da-cidade-de-balsas-ma/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

FRONTEIRA MÁQUINAS. **Sobre a fronteira máquinas**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.frenteiramquinas.com.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e Urbanização: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro**. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

GUIMARÃES, Carolina Lucinda; MILANEZ, Bruno. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 41, p. 215-236, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrf.br/poemas/files/2014/07/Guimar%3%a3es-2017-Minera%3%a7%3%a3o-impactos-locais-e-os-desafios-da-diversifica%3%a7%3%a3o.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HENTZ, Carla; MOTTER, Crislaine. Relações Campo x Cidade: do consumo produtivo à (re)estruturação urbana. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS, v. 43, n.2, p. 106-130, Dez, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/57347>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das cidades-1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14/08/2020.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios - PIB a preços correntes / Série retropolada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

_____. **Regiões de Influência das cidades-2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/arranjos_populacionais/arranjos_populacionais.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.



_____. **Ligações rodoviárias e hidroviárias 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. 29 jul. 2020.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **População estimada-2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: 2018**. São Luís, v. 14, n.1, p. 1-58, 2020. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Home>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INTEGRAÇÃO AGRÍCOLA. **Sobre nós**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<http://integracaoagricola.com.br/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

LAVRONORTE. **Nossa empresa**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.comarive.com.br/#>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

LOZANO, Lina Patricia Giraldo; SPOSITO, Eliseu Savério. Cidades médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos no Brasil. In: BALLEST, Carmen Bellet. [et al.], (Orgs.). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 79-106.

MAPS, Google. **Street View 2019**. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MATEUS. **Sobre o Grupo**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.grupomateus.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**. V. 19, n. 53, São Paulo: jan./apr., 2005, p. 187-207. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24088.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester et al (Org). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro: Letra capital editora, 2015. p. 123-152.

NOSSO LAR. **Nossas lojas**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://www.lojasnossolar.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia/MG, v. 15, n. 52, p. 119–133, Dez/2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23678>>. Acesso em: 10 out. 2020.

RAIZES. **Raizes**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://raizemaquinas.com.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2020.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 23, p. 114-143, Jun. 2021, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

REOLON, Cleverton Alexander. **Produção industrial e comando do capital no Brasil: uma análise espacial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

REIMAC. **Sobre nós**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<http://reimac.com.br/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

RISA S.A. **Institucional**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<https://risasa.com/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ROCHA, Marco Antonio Martins da. **Grupos Econômicos e Capital Financeiro: uma história recente do grande capital brasileiro**. 2013. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SEPOF - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Produto Interno Bruto dos Municípios, Pará 2007**. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará: Belém, 2007. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/631.pdf?id=1499528547>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SEMENTES CAJUEIRO. **A empresa**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<http://www.sementescajueiro.com.br/empresa/>>. Acesso em: 04 set. 2020.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias no contexto da globalização. **Revista Formação**. Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63. Jan /dez 1999. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewArticle/1167>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da Dinâmica Urbano-regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. 2015. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de. Cidades do Agronegócio: difusão do consumo produtivo para agricultura moderna no MATOPIBA. **Revista Pegada** (Online), Presidente Prudente/SP, vol. 20, n.2., p. 56-87, Mai-Ago/2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6383>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleida: Universitat de Lleida, 2009. p. 41-69.

_____.; GÓES, Edna Maria. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição de centralidade urbana, em cidades médias. In: BALLETT, Carmen Bellet. [et al.], (Orgs.). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 107-131.

_____.; SPOSITO, Eliseu Savério. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 462-479, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/131655>>. Acesso em: 20 out. 2020.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias elos do urbano regional e do público privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.



TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n. 2, nov. 2011. p. 135-151. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/399>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

TOCANTINS, Governo do. **Relatório dos 50 maiores contribuintes internos do ICMS em arrecadação do exercício de 2016**. Secretaria da Fazenda, Palmas, 2016.

VALE. **Negócios**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 28 dez. 2020.